

Carlos Pimenta

Para onde vão os Periféricos?

*África,
Situação e Interpretação*

FICHA TÉCNICA

Carlos Pimenta. *Para onde vão os Periféricos? África, Situação e Interpretação*.
Paper presented at the Conference «Para Onde Marcham os Periféricos?».
NEAL. Universidade Católica de Pernambuco. Recife. Brasil. 23 e 24/08(2007)

Aguarda publicação nas actas da conferência

Disponível em:
<http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/>
Opção [Publicações]

Para onde vão os Periféricos? África, Situação e Interpretação.

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt
Faculdade de Economia do Porto (FEP)
Centro de Estudos Africanos (CEAUP)
Universidade do Porto

1. Alguns dados

1.01. O Índice de Desenvolvimento Humano é frequentemente utilizado para análise do posicionamento de cada um dos países à escala mundial, no que se refere ao que se convencionou designar por desenvolvimento humano.

O Relatório de 2006 é o último disponível e os dados sintéticos referem-se a 2004. Começamos por apresentar essa informação, apesar de ser sobejamente conhecida:

Posição	País	IDH 2004
1	Noruega	0,965
2	Islândia	0,960
3	Austrália	0,957
47	Seicheles	0,842
63	Maurícia	0,800
64	Jamahira Árabe Líbia	0,798
87	Tunísia	0,760
102	Argélia	0,728
106	Cabo Verde	0,722
111	Egipto	0,702
120	Guiné Equatorial	0,653
121	África do Sul	0,653
123	Marrocos	0,640
124	Gabão	0,633
125	Namíbia	0,626
127	São Tomé e Príncipe	0,607
131	Botsuana	0,570
132	Comores	0,556
136	Gana	0,532
140	Congo	0,520
141	Sudão	0,516
143	Madagáscar	0,509
144	Camarões	0,506
145	Uganda	0,502
146	Suazilândia	0,500
147	Togo	0,495
148	Djibuti	0,494

149	Lesoto	0,494
151	Zimbabué	0,491
152	Quénia	0,491
153	Mauritânia	0,486
155	Gâmbia	0,479
156	Senegal	0,460
157	Eritreia	0,454
158	Ruanda	0,450
159	Nigéria	0,448
160	Guiné	0,445
161	Angola	0,439
162	Tanzânia, Rep. U. da	0,430
163	Benim	0,428
164	Costa do Marfm	0,421
165	Zâmbia	0,407
166	Malawi	0,400
167	Congo, Rep. Dem.	0,391
168	Moçambique	0,390
169	Burundi	0,384
170	Etiópia	0,371
171	Chade	0,368
172	República Centro-Africana	0,353
173	Guiné-Bissau	0,349
174	Burquina Faso	0,342
175	Mali	0,338
176	Serra Leoa	0,335
177	Níger	0,311

Dispensando-nos de fazer uma apreciação sobre o conteúdo e a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – recordando apenas que se trata de um índice composto que engloba vertentes da educação, saúde (esperança de vida à nascença, que reflecte, de alguma forma as condições gerais de funcionamento da sociedade) e rendimento –, o quadro anterior mostra que:

- O primeiro país africano numa hierarquização decrescente do índice são as Ilhas Seycheles, ocupando o 47º lugar, com valores do índice já bastante afastados do atingidos pelos três países cimeiros.
- Atendendo que Seycheles e Maurícias são países de muito pequena dimensão (454 Km² e 2040 Km², respectivamente), com uma situação muito particular – apesar de serem frequentemente referidos como exemplos “representativos” pelo FMI – podemos considerar que o primeiro grande país africanos ocupa a 64ª posição, tratando-se da Líbia.
- Frequentemente quando se fala em África pretende-se designar a Africa Subsariana, seja porque os países africanos do mediterrâneo têm características totalmente diferentes dos restantes países do continente, seja porque o deserto do Sahara, o maior deserto do mundo, em acelerado ritmo de expansão, constitui uma importante barreira natural de separação dos dois espaços. Se assumirmos

esta interpretação, que aliás preside às preocupações deste trabalho, então o país melhor situado é Cabo Verde, ocupando a 106ª posição.

- Sem dúvida que Cabo Verde é África, uma pequena sociedade insular. Contudo é um país que oscila na sua identidade. É africana porque geograficamente é África, porque a sua população é descendente de etnias africanas, porque desempenhou um importante papel na libertação das colónias portuguesas em associação com a Guiné-Bissau, porque está integrado em movimento e instituições políticas e económicas africanas ou que os consideram como africanos. É europeia porque tem uma importante diáspora na Europa e nos Estados Unidos da América, porque grande parte da sua população é descendente de etnias europeias, porque tem acordos privilegiados com a União Europeia, entre outros aspectos. Assim, na linha das exclusões anteriores, a Guiné Equatorial aparece como o primeiro país “genuinamente africano”, ocupando a 120ª posição.
- A partir dessa posição quase todos os países são africanos, incluindo os últimos da tabela. Níger ocupa a última posição com um índice de 0,311, isto é, 32% do índice do país melhor posicionado.
- Numa leitura sintética poderíamos acrescentar que o IDH dos países em desenvolvimento da África Subsariana (para utilizar a terminologia oficial) é de 0,472.

1.02. Sem entrarmos em grandes pormenores recordemos que o IDH apareceu muito associado à ideia – em certa medida correcta, mas que não pode ser absolutizada – de que o crescimento e desenvolvimento são realidades distintas. Tal facto fez, para além de outras explicações técnicas apresentadas repetidas vezes pelo PNUD, com que houvesse uma tendência de subestimação do Rendimento *per capita* na construção do seu índice, conseguido tecnicamente pela utilização do $\log(Rpc)$ em vez do próprio Rpc .

Poderá, pois ter interesse analisarmos especificamente o Rendimento *per capita*, tendo em conta a paridade de poder de compra, expresso em dólares:

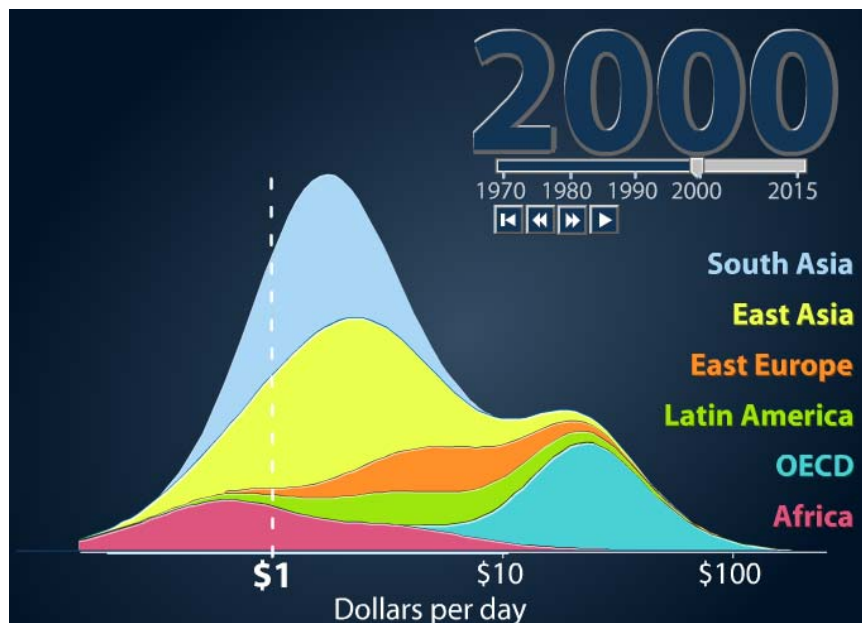
- Os três países com Rendimentos per capita mais elevados, segundo o PNUD, são o Luxemburgo, os EUA e a Irlanda, com 69.961, 39.676 e 38.827 dólares ano (PPC).
- Os países em desenvolvimento da África Subsariana têm o rendimento per capita médio de 1.946 dólares.
- O país africano, e simultaneamente mundial, pior posicionado, neste indicador é a Serra Leoa, com um valor de 561 dólares.

É certo que ainda hoje existem franjas da população que se inserem numa actividade económica limitadamente monetarizada, mas as políticas económicas dos últimos vinte e cinco anos e a urbanização fazem com que percentagem cada vez maiores da população dependam essencialmente do rendimento oficialmente contabilizado.

É certo que a economia informal, parte integrante do que a OCDE designa por economia não registada, é muito elevada em África, mas tal não permite olhar com complacência para a situação descrita porque isso também acontece nas economias europeias e americana, porque uma parte dos principais lucros dessas actividades é aproveitada fora do território africano.

Por outras palavras, em termos de rendimento *per capita* a situação ainda é mais calamitosa que em termos de índice de desenvolvimento humano.

Pode-se reforçar esta ideia pelo gráfico abaixo que compara África com outras regiões, proveniente do relatório do PNUD de 2005. Considerando o limiar de pobreza de um dólar dia, limiar dos limiares, 66% da população africana é pobre.



Também a esperança de vida à nascença reflecte esta situação dramática de África. Enquanto a mais elevada esperança de vida, no ano de 2004, é de 80 anos para a Austrália e a Islândia, a África Subsariana tinha uma esperança de vida à nascença de 46,1 anos, havendo 28 países com valor inferior a 50 anos.

1.03. Estas comparações entre países são úteis para termos uma ideia genérica sobre a posição relativa de cada um em relação aos outros, mas apresenta enormes perigos, quer históricos quer económicos.

Com efeito, comparar um país europeu com um país africano num determinado momento pressupõe que ambos têm periodizações históricas, datas de referências semelhantes, o que é profundamente falso. Se queremos comparar, por exemplo, a Europa e a África temos que tomar marcos de referência radicalmente distintos: para os primeiros a Revolução Industrial Inglesa, quiçá a Revolução Francesa; para os segundos os processos de independência. E mesmo assim com grande cuidados, porque enquanto a Revolução Industrial resulta de um processo de transformação endógeno das sociedades europeias, uma ruptura na continuidade, os processos de independência resultam de uma tentativa de ruptura com um longo período de comércio de escravos, de colonização e de neocolonização, de sistemática descontinuidade imposta de fora.

Por outro lado estas comparações acalentam a ideia de que um país é subdesenvolvido porque ainda não atingiu determinadas características que outros já atingiram, que está atrasado em relação ao que será, quase inevitavelmente, no futuro. É a adopção subreptícia do modelo de Rostow, que apesar de muito criticado e negado teórica e empiricamente continua a estar presente e acalentar mudanças terminológicas subtis como a de “em vias de desenvolvimento”. Teremos oportunidade de referir mais pormenorizadamente estes aspectos, mas já aqui é importante ter em conta esses aspectos.

Convém pois, algumas referências diacrónicas.

A primeira reacção será comparar os índices de desenvolvimento humano para o período em que existem dados (1975 a 2004), mas tal tem pouco significado. Com efeito, o IDH não é um bom indicador para analisarmos a melhor ou pior situação de um determinado país nesse ano em relação a outro ano, pela simples razão que não é isso que ele mede. Quando muito servirá para medir a sua posição relativa à escala mundial, reflec-

tindo a variação da situação do país em relação às variações relativas dos restantes, nomeadamente do melhor e do pior país em cada um dos anos. Além disso tem havido alterações nas técnicas de construção dos índices. Acrescente-se, contudo, que para muitos países há falta de dados históricos.

Apesar dessas limitações apresentamos de seguida os dados e as evoluções entre datas, apenas podendo-se concluir, que não há condições para definir tendências de evolução:

Pos.	País	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004	1980	1985	1990	1995	2000	2004
47	Seicheles	..	..	..	..	..	..	0,842						
63	Maurícia	..	0,661	0,692	0,726	0,749	0,779	0,800		+	+	+	+	+
106	Cabo Verde	..	..	..	0,628	0,679	0,711	0,722				+	+	+
120	Guiné Equatorial	..	..	0,484	0,501	0,519	0,643	0,653			+	+	+	+
121	África do Sul	0,653	0,673	0,703	0,735	0,741	0,691	0,653	+	+	+	+	-	-
124	Gabão	..	..	..	..	..	..	0,633						
125	Namíbia	..	..	..	..	0,694	0,647	0,626					-	-
127	São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	0,607						
131	Botsuana	0,500	0,575	0,636	0,680	0,660	0,598	0,570	+	+	+	-	-	-
132	Comores	..	0,483	0,500	0,506	0,521	0,539	0,556		+	+	+	+	+
136	Gana	0,438	0,467	0,482	0,511	0,531	0,555	0,532	+	+	+	+	+	-
140	Congo	0,454	0,500	0,541	0,528	0,533	0,502	0,520	+	+	-	+	-	+
141	Sudão ac	0,350	0,376	0,396	0,427	0,465	0,496	0,516	+	+	+	+	+	+
143	Madagáscar	0,404	0,440	0,438	0,448	0,459	0,482	0,509	+	-	+	+	+	+
144	Camarões	0,417	0,464	0,506	0,515	0,495	0,502	0,506	+	+	+	-	+	+
145	Uganda	..	..	0,414	0,411	0,413	0,474	0,502			-	+	+	+
146	Suazilândia	0,529	0,561	0,583	0,622	0,604	0,536	0,500	+	+	+	-	-	-
147	Togo	0,424	0,475	0,472	0,498	0,507	0,504	0,495	+	-	+	+	-	-
148	Djibuti	..	..	..	..	0,479	0,485	0,494					+	+
149	Lesoto	0,463	0,511	0,535	0,572	0,573	0,524	0,494	+	+	+	+	-	-
151	Zimbabué	0,548	0,576	0,642	0,639	0,591	0,525	0,491	+	+	-	-	-	-
152	Quénia	0,465	0,513	0,533	0,548	0,525	0,504	0,491	+	+	+	-	-	-
153	Mauritânia	0,342	0,365	0,386	0,390	0,425	0,447	0,486	+	+	+	+	+	+
155	Gâmbia	0,280	..	..	..	0,426	0,459	0,479					+	+
156	Senegal	0,313	0,342	0,378	0,405	0,422	0,439	0,460	+	+	+	+	+	+
157	Eritreia	..	..	..	..	0,420	0,441	0,454					+	+
158	Ruanda	0,342	0,388	0,401	0,339	0,337	0,426	0,450	+	+	-	-	+	+
159	Nigéria	0,317	0,376	0,387	0,407	0,419	0,433	0,448	+	+	+	+	+	+
160	Guiné	..	..	..	..	..	..	0,445						
161	Angola	..	..	..	..	..	..	0,439						
162	Tanzânia	..	..	..	0,437	0,423	0,420	0,430				-	-	+
163	Benim	0,310	0,341	0,365	0,372	0,397	0,416	0,428	+	+	+	+	+	+
164	Costa do Marfm	0,415	0,445	0,449	0,443	0,428	0,427	0,421	+	+	-	-	-	-
165	Zâmbia	0,470	0,477	0,486	0,464	0,425	0,409	0,407	+	+	-	-	-	-
166	Malawi	0,327	0,357	0,368	0,372	0,414	0,398	0,400	+	+	+	+	-	+
167	Congo, Rep. Dem.	0,414	0,423	0,431	0,422	0,390	..	0,391	+	+	-	-		
168	Moçambique	..	0,302	0,290	0,316	0,330	0,364	0,390		-	+	+	+	+
169	Burundi	0,285	0,312	0,344	0,351	0,325	0,344	0,384	+	+	+	-	+	+
170	Etiópia	..	..	0,293	0,314	0,322	0,349	0,371			+	+	+	+
171	Chade	0,269	0,272	0,313	0,335	0,344	0,357	0,368	+	+	+	+	+	+
172	R.. Centro-Africana	0,345	0,365	0,387	0,384	0,360	..	0,353	+	+	-	-		
173	Guiné-Bissau	0,255	0,263	0,283	0,313	0,341	0,353	0,349	+	+	+	+	+	-
174	Burquina Faso	0,256	0,277	0,301	0,308	0,312	0,330	0,342	+	+	+	+	+	+

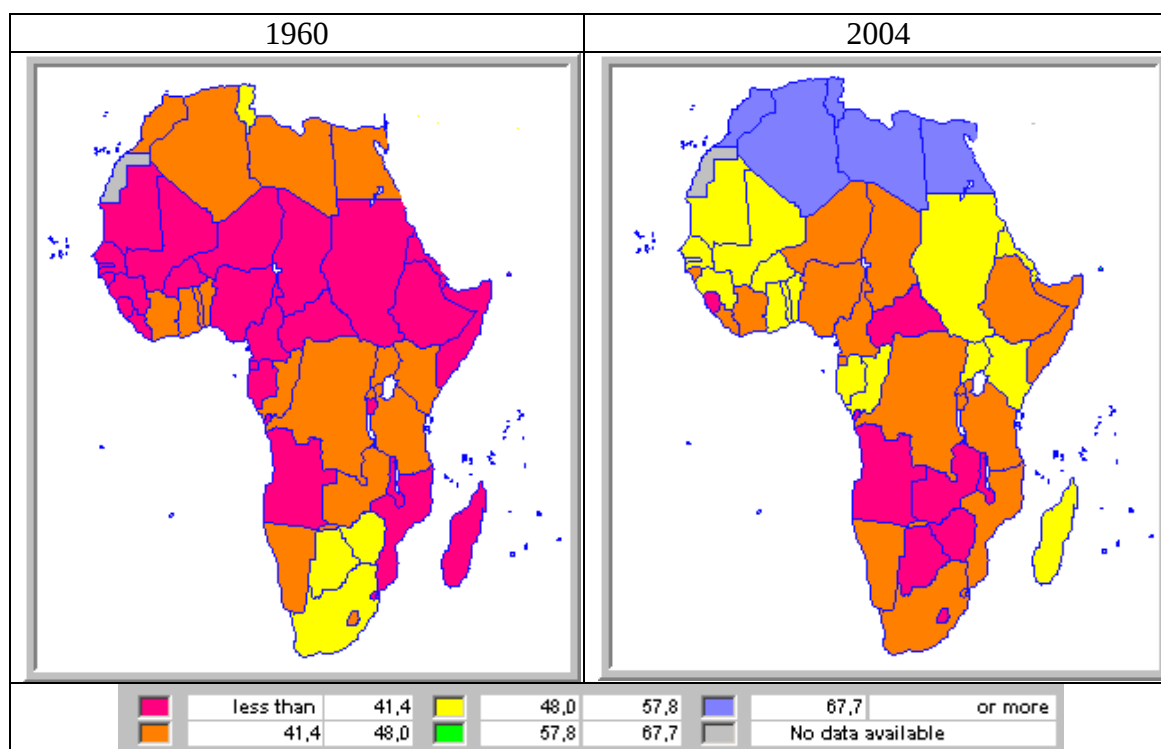
175	Mali	0,232	0,258	0,264	0,285	0,309	0,332	0,338	+	+	+	+	+	+
176	Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	0,335						
177	Níger	0,234	0,250	0,240	0,246	0,254	0,268	0,311	+	-	+	+	+	+

Considerando para a África Subsariana o [1] rendimento *per capita* (expresso em dólares internacionais tendo em conta a paridade de poder de compra) e a [2] esperança de vida à nascença constatamos, para o período considerado (1960-2004), um período inicial de melhoria de condições de vida e a posterior inversão do processo: o rendimento per capita em 2004 é inferior ao que existia em 1982 e a esperança de vida à nascença nesse mesmo ano recuou 3,5 anos em relação ao máximo atingido em 1987:

Ano	[1]	[2]
1960	..	40,6
1961	..	..
1962	..	41,4
1963	..	..
1964	..	..
1965	..	..
1966	..	..
1967	..	43,4
1968	..	..
1969	..	..
1970	..	44,6
1971	..	..
1972	..	45,5
1973	..	..
1974	..	..
1975	1916,2	..
1976	1922,0	..
1977	1899,9	47,3
1978	1858,2	..
1979	1861,0	..
1980	1896,9	48,1
1981	1883,5	..
1982	1836,1	48,7
1983	1775,1	..
1984	1768,7	..
1985	1749,7	49,3
1986	1744,6	..
1987	1742,9	49,7
1988	1759,7	..
1989	1769,8	..
1990	1740,1	49,2
1991	1685,5	..
1992	1619,2	48,9
1993	1588,3	..
1994	1589,1	..
1995	1587,7	47,8
1996	1613,4	..
1997	1624,4	46,9
1998	1629,6	..

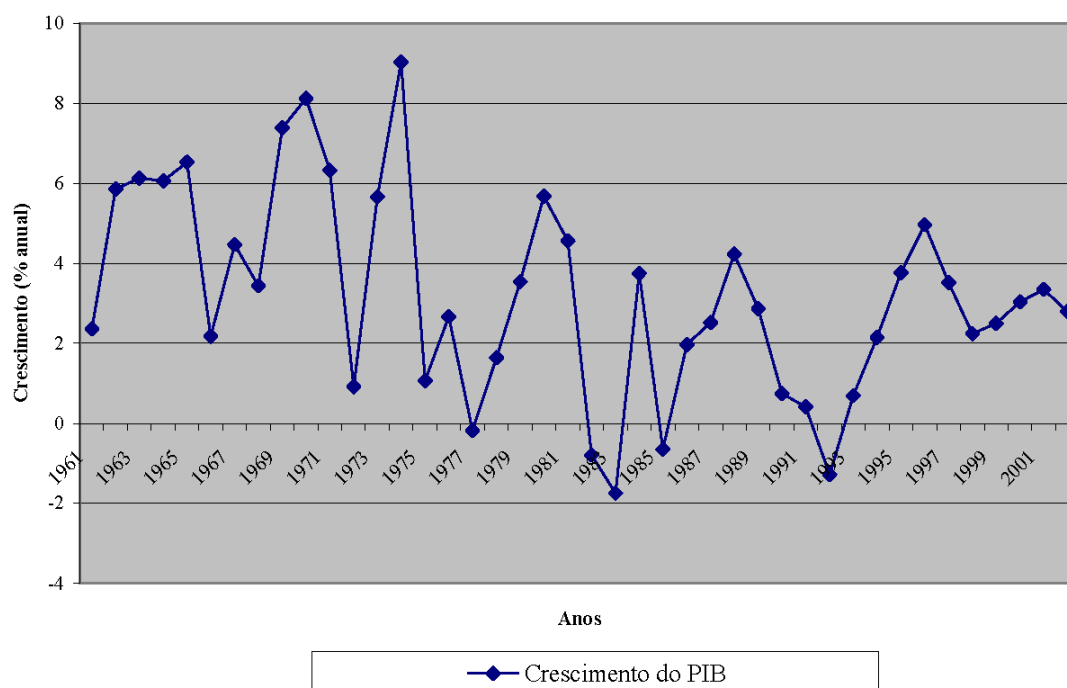
1999	1640,2	..
2000	1672,2	46,1
2001	1694,9	..
2002	1713,3	45,9
2003	1737,5	46,0
2004	1781,4	46,2

Comparando geograficamente o início e o fim do período para a esperança de vida à nascença:



Vejamos, agora, alguns dados estruturais da actividade económica para um período longo (ESTÊVÃO, 2005).
Comecemos pela dinâmica do PIB.

Crescimento anual do PIB na África Subariana (1960-2002)



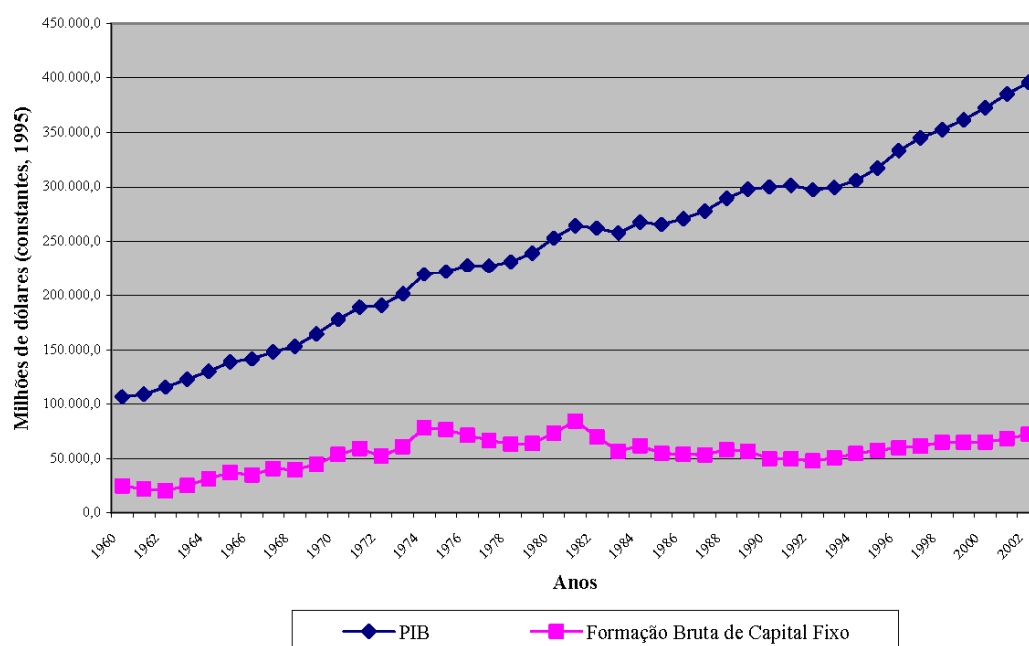
Na sua leitura remetemos mais uma vez para o autor deste trabalho:

“O crescimento das economias da ASS, entre 1960 e 2002, foi de 3,2% e pode ser dividido, grosseiramente, em quatro fases:

- Uma fase de crescimento mais rápido, entre 1960 e 1974, em que o PIB cresceu a uma taxa média anual de 5,3%. Podemos, ainda, destacar dois subperíodos: o período entre 1960 e 1970, com o impulso das independências e o lançamento de programas de investimento em infra-estruturas, em que a taxa média de crescimento anual (tmca) foi de 5,2%; e o período entre 1970 e 1974, do *boom* das matérias-primas, cujo crescimento de receitas permitiu o lançamento de novos programas de investimento (tmca de 5,4%).
- Uma segunda fase, entre 1974 e 1981, com um crescimento muito mais moderado (tmca de 2,7%), que evidencia já uma situação de declínio económico. Tinha desaparecido o impulso inicial da década de 1960 e as quebras acentuadas nos preços de matérias-primas, da segunda metade década de 1970, tinham bloqueado os programas de investimento. Foi nesta fase, entre 1977 e 1982, que a ASS deu um grande salto em termos de endividamento, quando procurava substituir a quebra nas receitas de exportação das matérias-primas.
- A terceira fase, entre 1981 e 1993, é a fase da crise (a chamada “década perdida” do desenvolvimento), com uma taxa média de crescimento de 1,0%. É também o período do ajustamento estrutural, dado o peso que a agenda de *reforma económica* do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional acabou por ter no continente. A África regressou em força aos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), como principal fonte de financiamento internacional do desenvolvimento.
- Uma quarta fase desenvolve-se desde 1993, uma fase de tímida recuperação e com uma taxa média de crescimento anual de 3,2%. Um dos responsáveis por esta recuperação é o investimento directo estrangeiro (IDE), cujo crescimento está muito aquém do que acontece noutras regiões em desenvolvimento, mas que, comparando com o passado, é significativo para África. O IDE cresceu rapidamente, atingindo o nível da APD por volta de 2001, mas com uma quebra em 2002. Importante para esta recuperação tem sido a criação de um novo ambiente económico, na sequência dos programas de ajustamento estrutural e de algumas transformações mais amigas do mercado.”

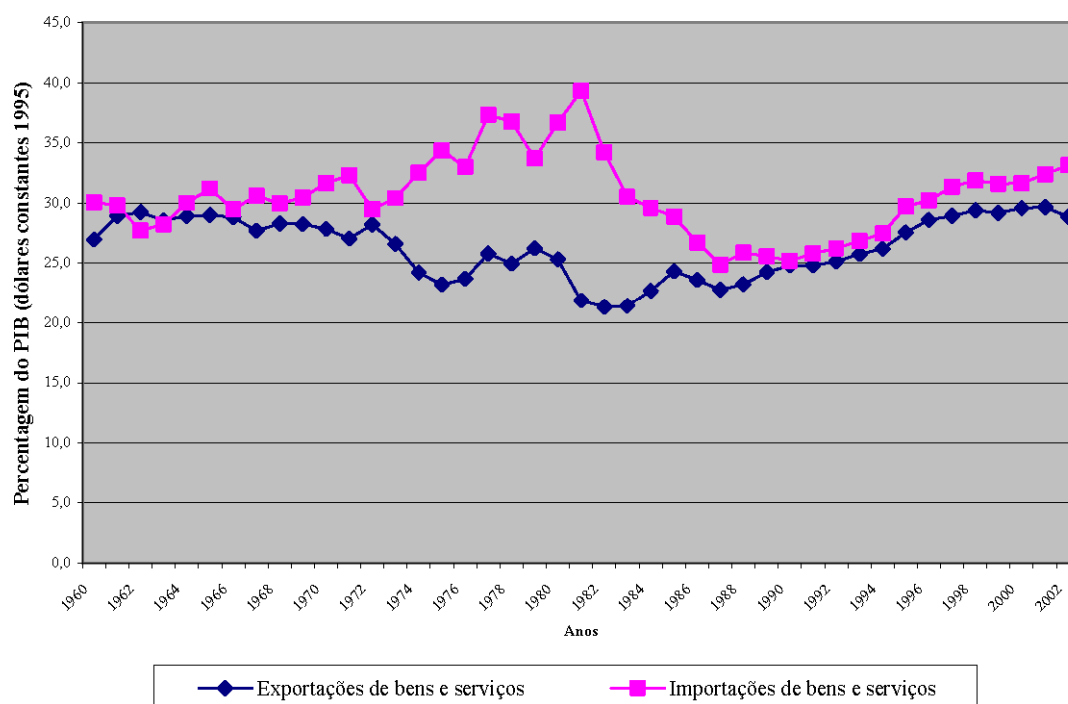
Esta leitura pode ser completada com algumas outras tendências estruturantes:

Evolução do PIB e FBCF (constantes) na África Subsariana (1960-2002)



ou

Evolução do peso do comércio externo da África Subsariana (1960-2002)



Dispensamo-nos de reproduzir por palavras o que os gráficos revelam concludentemente.

Destes dados podemos concluir que o crescimento da África Subsariana tem sido fraco, muito fraco em alguns períodos, e que as dinâmicas essenciais da economia não apontam para uma alteração desta situação, o que faz com que África esteja cada vez mais periférico no contexto mundial.

1.04. Claro que esta situação global tem trajectórias bastante diferentes conforme os países. Utilizando a terminologia de HUGON (2006), podemos considerar cinco tipos de economias em África, atendendo essencialmente, mas não só, ao processo de acumulação:

- As economias de guerra e regiões de conflito
- As economias estacionárias, isto é, que “têm estruturas que continuam próximas da economia colonial de troca” (ex. a região do Sahel)
- As economias mineiras e petrolíferas (ex. Nigéria ou Angola em tempo de paz)
- Os países agro-exportadores (ex. Quénia)
- As economias industriais abertas ao exterior (ex. Zimbábue e Botswana)

E cada um desses grupos tenderá a ter as suas dinâmicas próprias.

1.05. Para o que estamos aqui a tratar o essencial a retirar dos dados anteriormente apresentados é que África foi inserida pela Europa na periferia, que na periferia tem continuado e que nas últimas décadas, numa comparação à escala mundial, é cada vez mais periférica. A comparação do centro EUA/Europa e da periferia África parece permitir-nos concluir que na relação destas regiões a periferia gera periferia e o centro gera centro ou, por outras palavras, desenvolvimento gera desenvolvimento e subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento.

Provavelmente as comparações entre outros espaços não permitem tirar esta conclusão, mas nesta tudo aponta nesse sentido.

1.06. As conclusões empíricas essenciais estão retiradas, mas se ficássemos por aqui correríamos o risco de poder alimentar teses que vigoraram, e vigoram, sobre a eventual incapacidade dos povos africanos para se governarem por si mesmos.

É importante dizer que os dados anteriores não permitem qualquer resquício de leitura desse tipo. Não seria uma leitura dos dados, não seria uma sua interpretação rigorosa. Seria uma leitura ideológica.

Os processos de independência política foram uma fase crucial para a dignificação de todos os habitantes do continente africano, a quem o comércio de escravos e o colonialismo quase tudo negaram.

Algumas das evoluções pouco animadoras referidas são o resultado de especializações produtivas determinadas pelas metrópoles, de uma hegemonia do capital comercial em relação ao industrial, de uma fortíssima carência de infraestruturas, de uma dependência do mercado externo e dos preços fixados pelos outros. São o resultado de uma luta pela sobrevivência, da criação de quadros, estruturas e instituições próprias que emergissem da afirmação nacionalista. São o resultado de um aumento explosivo de procura de educação, saúde, habitação e outros serviços de populações durante muito tempo coercivamente afastadas dessas possibilidades da civilização actual. São o resultado do capitalismo em África não ter conduzido à exclusividade da racionalidade económica, continuando os sistemas familiares e as relações de vizinhança a moldar os comportamentos individuais e das comunidades. São o resultado da continuação das imposições externas,

sobretudo pela mão do FMI e do BM, das políticas de ajustamento estrutural que produziram resultados contrários aos que constavam dos compêndios:

“Os *princípios económicos* das políticas de saneamento financeiro e da abertura controlada são quase indiscutíveis. A questão é saber como é que a aplicação destas políticas, por vezes impostas do exterior, se inscrevem em *trajectórias* próprias das diversas economias, como são interiorizadas ou ultrapassadas pela práticas dos actores e em que sequências são concretizadas. (...) Para além do mais é necessário abrir a “caixa negra” das estruturas sociais, integrar os *comportamentos microeconómicos* (...) e voltar a situar estas políticas macroeconómicas em ligação com a *história de longo prazo*.” (HUGON, 2006)

Estas considerações não significam, obviamente, que não hajam muitas responsabilidades dos próprios africanos.

2. Uma evolução na Globalização

2.01. A evolução da sociedade africana faz-se, até à década de oitenta do século passado, num contexto da coexistência dos sistemas capitalista e socialista. Uns países enveredaram pela continuação das relações económicas tradicionais, ocupando a potencia colonizadora um papel preponderante. Outros optaram por uma aproximação aos países socialistas, essencialmente URSS e países europeus. Não significa isto que tivesse havido uma inequívoca opção capitalista ou socialista, mas formas de combinar ou mascarar as tendências nacionalistas e as preocupações pela capacidade de contarem com as suas próprias forças. Como afirma NYERERE (1970)

“O que descreve o nosso socialismo é «UJAMAA», ou «Espírito de Família». Opõe-se ao capitalismo que se baseia na exploração do homem pelo homem na construção de uma sociedade em que reine a felicidade. Também se opõe ao socialismo doutrinário que baseia a construção da sua sociedade perfeita numa filosofia que afirma que o conflito entre os homens é inevitável” (27/8)

2.02. Mas essa fase está ultrapassada e desde os anos 80 do século passado as transformações em África processam-se enquanto partes integrantes da globalização, essa nova fase da mundialização, do imperialismo. Compreender completamente a dinâmica africana exige compreender as características da globalização e o papel desempenhado pelas economias periféricas nesse processo.

Tendo apresentado essas linhas de força em alguns trabalhos anteriores, recordando apenas o livro (PIMENTA, 2004) e um recente *working paper* em que faço uma síntese e desenvolvo novos aspectos particularmente importantes para África (PIMENTA, 2007), aqui limito-me a recordar muito laconicamente alguns aspectos, valendo-me sobretudo do segundo trabalho acima citado.

2.03. Podemos de uma forma muito sintética dizer que “esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos.”

A concretização deste desta síntese manifesta-se

- por uma intensificação do investimento directo estrangeiro, com importantes modificações qualitativas nas formas como ele é feito;
- simultaneamente as empresas multinacionais continuam a reforçar a sua importância à escala mundial – não chega a três dezenas os países que conseguem ter produtos nacionais superiores aos salários pagos pelas maiores empresas à escala mundial, muitas delas multinacionais – e mudam a sua estratégia política: precisam cada vez menos de influenciar as políticas dos Estados, comportando-se acima deles, na base da liberdade económica internacional e das múltiplas alternativas de localização que têm;
- os movimentos de força de trabalho continuam a reagir mais às conjunturas que às estruturas, mas intensificam-se nos espaços de integração regional impulsivados pela globalização, e intensificam-se os movimentos ilegais de mão-de-obra, o retorno em grande escala da escravatura;
- Contudo, como começámos por dizer, é na importância crescente dos mercados financeiros, na estreita interligação entre esses mercados, na grande diversidade de títulos e operações, nomeadamente sobre futuros, que está o aspecto principal da globalização,

Deste último aspecto, sem dúvida o mais relevante, podemos tirar consequências que entroncam directamente nas dinâmicas económicas e sociais em África, porque

“Esta importância absoluta e relativa dos mercados financeiros, o peso do capital fictício, o seu crescimento a ritmos muito superiores ao do produto dos países fazem com que os mercados financeiros funcionem como um sorvedouro de recursos monetários provenientes de todos os sectores da actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador ao próprio crescimento mundial do valor acrescentado.

Em reforço desta constatação temos a natureza improdutiva dessas actividades financeiras.”

Esta primazia da financiarização do capitalismo mundial tem desde logo uma consequência directa sobre as periferias, nomeadamente africana: mais importante que os indivíduos enquanto produtores e consumidores são os recursos financeiros dos indivíduos. Esta mudança desloca a intervenção do capitalismo internacional da produção e do consumo das periferias (a que estavam associados investimentos em sectores produtivos e criação de infra-estruturas, entre outros aspectos) para a captação de poupanças, para a retenção de capital-dinheiro que é pertença de alguns (com particular atenção nas questões orçamentais, ao sistema bancário, ao funcionamento das bolsas nos países africanos).

Só neste contexto assume particular significado a interpretação de STIGLITZ (2004) sobre as funções do FMI e o seu “mau comportamento” em todo o mundo, particularmente grave, diríamos nós, em África:

“A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil — o FMI deixou de servir os interesses *económicos* mundiais para servir os interesses *financeiros* mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street.” (263)

2.04. Mas há mais. Sendo as actividades financeiras improdutivas a sua existência e reprodução exige transferir para as bolsas valor criado noutros sectores, Isto é feito ora recorrendo a práticas sempre realizadas no capitalismo, embora assumindo novas formas, ora recorrendo crescentemente a novos procedimentos.

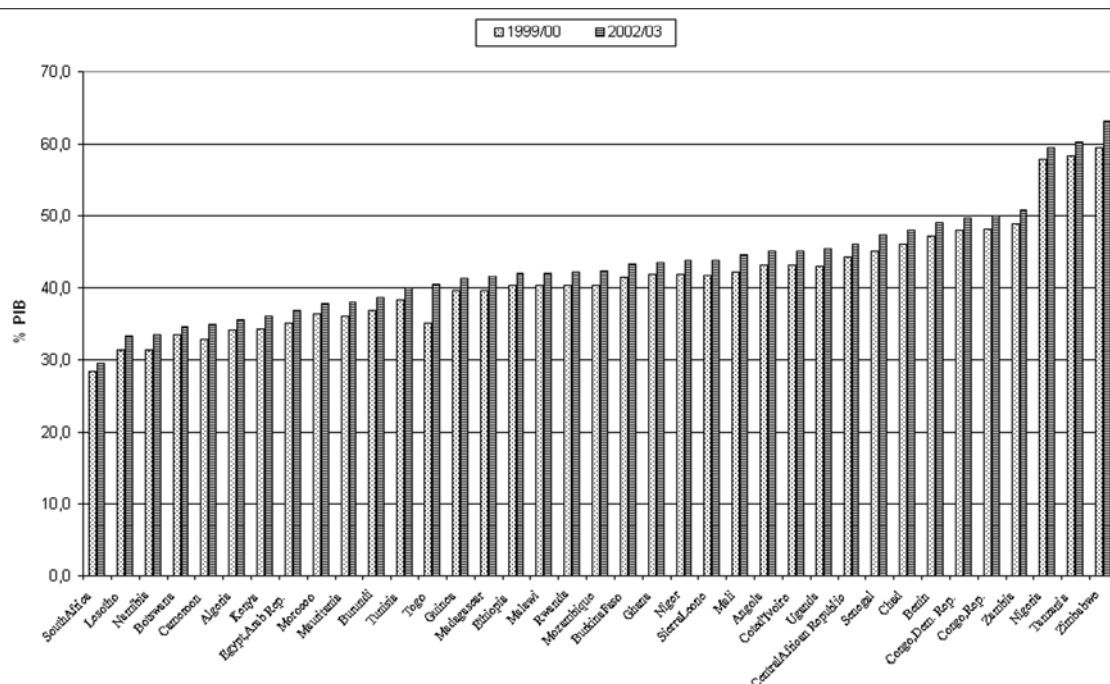
Entra as práticas habituais figura a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas para as desenvolvidas. Velha situação herdada da colonização, assume novos aspectos na mundialização actual:

- “(a) A ampliação geográfico-social da influência do grande capital, liberto da concorrência «socialista», apoiado pela criação de uma opinião pública favorável, nomeadamente nas camadas tecnocráticas politicamente influentes, recorrendo à imposição de modelos importados das grandes agências internacionais.
- (b) O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aumentaram a sua influência porque passaram a englobar países que até então estavam afastados dessas organizações, porque mudanças de comportamento nos processos de financiamento reforçaram a sua capacidade de intervenção, porque tiveram condições para impor por todo o lado a suas políticas sistematicamente “desajustadas”.
- (c) Reforçou-se o papel das empresas internacionais em muitas economias subdesenvolvidas, criaram-se ou ampliaram-se os mercados financeiros em muitas dessas economias.
- (d) Reforçaram-se as tendências do «comércio livre» de que a Organização Mundial do Comércio é um dos grandes baluartes.”

Entre as novas formas de criação de mais-valia e de transferência para o sector financeiro está a existência e ampliação da “*economia não registada*, na terminologia tecnocrata da OCDE, ou economia subterrânea, como preferimos designar. Uma parte será o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte assumir-se-á como actividade informal (cujos contornos são difíceis de estabelecer) e uma outra como actividades ilegais.”.

Os territórios *off-shore*, frequentemente conhecidos por paraísos fiscais, locais de bastante anonimato das operações financeiras, territórios situados nos «grandes países bem comportados» são estruturas particularmente apropriadas para todos estes processos de utilização dos recursos da economia subterrânea nos mercados financeiros. A existência e reforço da economia subterrânea são peças fundamentais na existência e reprodução da globalização.

2.05. Ora isto também acontece em África segundo os trabalhos económicos mais completos sobre o assunto (SCHNEIDER, 2004): Dos 37 países africanos considerados, para os quais existe informação, o que tem menos economia subterrânea é a África do Sul, com 29,5% do PIB no último período e o que tem mais é o Zimbabwe com 63,2%. E os dados disponíveis parecem apontar para um seu aumento. O gráfico seguinte pretende ilustrar esta situação:



Contudo a situação da economia não registada em África exige alguns comentários adicionais:

- É certo que continuam a existir actividades de auconsumo, mas estas assumem pouca relevância neste cálculos.
- Quando se fala em economia não-registada em África associamos imediatamente a ideia das actividades informais (da produção aos mercados), associadas a actividades de sobrevivência dos agregados familiares. Por isso é frequente a literatura sobre este assunto descupabilizar o carácter não registado dessas actividades e até encontrar vantagens em termos de emprego, distribuição do rendimento, etc. É certo que muita actividade informal assume esses contornos, mas também é verdade que muitas dessas actividades informais, nomeadamente nas actividades comerciais, surgem crescentemente associados a um certo capitalismo internacional e pouco têm a ver com as estratégias de sobrevivência familiar.
- Com a importância atribuída pelo FMI às actividades financeiras têm aumentando em diversos países as actividades de instituições ligada aos *offshores* na captação de recursos, assim como outras actividades que podem funcionar como instituições intermédias de lavagem de dinheiro.
- África funciona crescentemente como espaço de grandes actividades ilegais. Como diz HUGON (2006):
 - “Na história de longo prazo a África sempre esteve aberta em resultado de redes eficientes de comércio incidindo, conforme as épocas, sobre ouro, os escravos, os produtos primários ou as actividades mais ou menos lícitas. Hoje ela está parcialmente inserida numa economia mundial paralela (vendas de armas, trafico de narcóticos, branqueamento de dinheiro, fonte de enriquecimento privado e de conflitos violentos, ao mesmo tempo” (52)
 - “A África tornou-se um local de reciclagem dos capitais permitindo o branqueamento do dinheiro, o financiamento dos partidos políticos estrangeiros ou as subfacturações, fonte de rendas privadas e públicas” (49)

2.06. Para quase terminar estas considerações sobre a inserção de África na globalização, acrescente-se que esta tem criado naturalmente – isto é, como resultado das suas próprias características – um agravamento das desigualdades à escala mundial e dentro de cada um dos países, como o demonstram concludentemente diversos estudos recentes. E neste processo de marginalização, exclusão, fome e morte, a África tem uma situação relativa crescentemente agravada.

2.07. Para concluir este ponto seria necessário ainda fazer uma referência ao aumento da importância da China em África e a sua prática mais económica que financeira. Contudo tal conduzir-nos-ia para vasta lucubração que surgiriam deslocadas, para além de me confessar bastante ignorante da “civilização chinesa”. Estamos perante uma continuação da globalização, quiçá com algumas alterações, ou no limiar do fim da globalização e do aparecimento de novas formas de mundialização? Como é que tal se repercutirá sobre as condições de vida dos africanos?

Mesmo podendo apontar algumas hipóteses, prefiro deixar as perguntas sem resposta.

3. Questões sobre o “desenvolvimento”

3.01. O próprio processo de “desenvolvimento” das periferias é parte integrante da globalização, é uma forma de reforçar o controlo e o poder do centro sobre as periferias, uma forma de manter os *status quo* herdado do neocolonialismo.

Mais uma vez remetemos para o *working paper* (PIMENTA, 2007) em que tratamos do assunto, mas não queremos deixar de apresentar aqui alguns elementos com o máximo rigor.

3.02. “Desenvolvimento” é uma palavra utilizada nos conhecimentos corrente, científico e filosófico, com aplicação em situações totalmente diversas. Essa situação gera uma tendência espontânea de aceitação acrítica do seu significado e, ao mesmo tempo, transporta uma conotação afectiva favorável, que tende a identificar a «caixa negra» que representa como positiva.

É preciso, quando estamos a tratar desta problemática nas áreas científicas da Economia, Sociologia ou Política romper com as evidências anti-científicas e, seguidamente, precisar conceitos.

3.03. Temos, desde logo, de ter em conta que

- trata-se de um problema recente da história da humanidade;
- subdesenvolvimento é uma característica própria de um país ou conjunto de países, e não a ausência de algo que exista nos países desenvolvidos;
- a política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Acrescentemos que numa aproximação de definição podemos identificar desenvolvimento como um processo de aproximação à acessibilidade plena de todos os cidadãos aos bens correspondentes à actual evolução tecnológica e ao actual nível civilizacional. Acrescentemos ainda que é legítimo falar em “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento integrado”, etc. mas nunca podemos perder de vista que estas adjectivações são a expressão epistemológica de uma mesma realidade:

“Porque se trata de um processo complexo, com múltiplos elementos constitutivos com dinâmicas próprias, com interacções entre si, podemos designar este desenvolvimento como integrado. Porque tem como referência o homem e são

as condições de vida destes que norteiam os processos, é desenvolvimento humano. Porque, por definição, tem que garantir a sistemática reprodução e não hipotecar o futuro de nenhuma forma, é sustentável. Porque é tudo isso, e muito mais, é pura e simplesmente desenvolvimento.”

3.04. Concentremos a nossa atenção no terceiro aspecto anteriormente referido. Desenvolvimento é “uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos”.

Esta foi a forma institucional assumida internacionalmente pelos países capitalistas, e provavelmente não só, após o discurso do presidente Truman dos EUA em Janeiro de 1949, em que ele dedica uma parte das suas propostas ao “subdesenvolvimento” e ao “desenvolvimento”.

Este discurso, e a configuração jurídica a que dá lugar, é a continuidade do Tratado de Versailles após a anterior grande guerra, quando expressamente se reconhece que há povos que não têm capacidade para se gerirem por eles mesmos. É a sua continuidade numa época em que a consolidação do “bloco socialista” e os “ventos nacionalistas” exigiam do centro outras formas de discurso, outro tipo de estruturas para atingir os mesmos objectivos.

Esse mesmo discurso é o antecedente das imposições das instituições de Bretton Wood, da falta de pudor destas ao fugirem a qualquer controlo democrático dos Estados e dos povos e, ao mesmo tempo, serem os guardiães da “boa governação”.

Assim sendo, o “desenvolvimento” pode ser decomposto em três elementos diferentes, cujas relações entre si não estão garantidas:

- os actos desencadeados pelos países do centro e pelos organismos internacionais visando concretizar esta intervenção “dos mais desenvolvidos” no “combate ao subdesenvolvimento”, os quais geram um conjunto de efeitos em cadeia através de uma muito diversificada panóplia de instituições em todo o mundo (OG, ONG, Igrejas, etc.); é o que costumo designar por «indústria da cooperação»;
- os impactos dessa acção sobre os “visados”, sobre a sociedade dos países subdesenvolvidos;
- a “ideia” de desenvolvimento que serve de cobertura ideológica e política a todo este processo!

Simultaneamente a estreita relação que espontaneamente é estabelecida entre “cooperação” e “desenvolvimento” estilhaça-se.

É por isso que é importante entendermos e divulgarmos a importante conclusão de MILANDO (2005):

“Importa distinguir três dimensões diferentes do «desenvolvimento».

Em primeiro lugar, distingue-se o «**desenvolvimento-processo**», isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso, tendo como mentores principais os “operadores de desenvolvimento”. Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de desenvolvimento é designada por «**desenvolvimento-resultado**» e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o «**desenvolvimento-utopia**».” (37).

3.05. Chegado a este ponto gostaria apenas de insistir na segunda constatação das referências iniciais deste ponto: subdesenvolvimento é uma característica própria de um

país ou conjunto de países, e não a ausência de algo que exista nos países desenvolvidos.

É escusado insistir sobre esta ideia, velha de meio século, frequentemente esquecida hoje, repetidamente comprovada. É tanto mais escusado insistir quanto o CEPAL teve grande importância no estudo e difusão dessa realidade e Celso Furtado tratou-o em diversas das suas obras.

Nessa linha defendemos que o subdesenvolvimento é a outra face da desarticulação, da ruptura e do conflito entre diferentes “camadas” da sociedade, podendo-se estabelecer uma correlação positiva entre a frequência e intensidade dessas desarticulações e o nível dos indicadores frequentemente utilizados como *proxys* do subdesenvolvimento-desenvolvimento. Essa segmentação desarticulada expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial. Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifesta-se pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço: país quase sempre, comunidade de países, outras vezes.

3.06. Temos que tirar todas as consequências desta interpretação.

No livro citado de Milando parece-me haver a aceitação da correlação positiva entre «desenvolvimento-processo» e «desenvolvimento-resultado», embora seja muito claro que “a montanha pariu um rato”. O que aqui dizemos é que pode não haver correlação entre ambas ou haver uma correlação que numas situações pode ser positiva, mas noutras é negativa.

Como insistimos no referido trabalho

“Esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a “densidade” da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses – e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo – das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução do dualismo desarticulado.

Não se confunda, contudo, esta posição como auto-suficiência ou desinserção da economia mundial, o que seria em todas as circunstâncias, e particularmente hoje, um absurdo” (25).

4. Conclusão

4.01. A leitura de uma mesma realidade pode ser pessimista ou optimista conforme os aspectos que consideremos e o tipo de abordagem que fazemos. Mas a dosagem objectiva dos aspectos positivos e negativos de uma dada realidade deve comandar fortemente as conclusões que tiramos.

Rejeitamos as análises feitas pelo FMI que olhando para as Seycheles encontram ali o exemplo para toda a África ou que verificando uma evolução favorável do comércio externo nos últimos cinco anos – o que não põe em causa a quase total dependência em

relação ao estrangeiro –, essencialmente em resultado dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, cantam hossanas às políticas passadas de ajustamento estrutural e sonharam com a felicidade futura.

A situação de África é muito grave e não se detectam tendências significativas de melhoria futura de situação. Naqueles territórios vive-se quotidianamente os mais graves atentados aos “direitos humanos”, porque a mortalidade infantil, a fome, a ausência de recursos para inverter a situação e outras maleitas sociais são o que de mais atentatório existe da dignidade humana e do respeito do homem pelo homem.

4.02. Um beco sem saída para todos os países de África? Estamos convencidos que não pois em muitos notam-se profundas mudanças e taxas de crescimento extremamente elevadas. Porque os desequilíbrios podem ser mais geradores de alterações estruturais que os equilíbrios. Porque pequenas alterações podem ter grandes impactos. Porque os africanos têm uma longa história de resignação e de luta.

Entendamos, contudo, que o nosso papel, habitantes do centro é abandonarmos as nossas concepções e políticas etnocêntricas.

Bibliografia Citada

- ESTEVÃO, João. 2005. O Desempenho Económico da África Subsariana (1960-2002): Leituras e Interpretações. In *Seminário conjunto do Mestrado em Economia e disciplina de Política Económica da Licenciatura em Economia*. Coimbra.
- HUGON, Philippe. 2006. *L'économie de l'Afrique*. 5 ed. Paris: La Découverte.
- MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Democratie et Unité Africaine. La Declaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.
- PIMENTA, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2007. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41. Disponível em <http://www.africanos.eu>
- PNUD. 2006. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. Nova Iorque: PNUD.
- SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.
- STIGLITZ, Joseph E. 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revis-ta ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.

Julho 2007

